



destaques do mês

Governo finaliza pacote de energia e tarifa cairá até 20%

A redução do custo de energia terá efeito gradual e vai alcançar da indústria ao consumidor residencial. Os setores produtivos intensivos no uso de energia elétrica deverão ter uma redução em torno de 20%. Apesar dos elogios às medidas, as indústrias calculam que a queda nos preços da eletricidade ficará abaixo dos percentuais divulgados pelo Governo. Os grandes consumidores industriais de energia elétrica projetam uma redução de 9% a 16% em suas contas de luz. No caso das grandes indústrias, que produzem energia para o próprio consumo, a queda de preços será ainda mais baixa, porque as autoprodutoras já não pagavam a Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) e a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). A CCC foi eliminada das contas de luz e a cobrança da CDE está sendo reduzida para 25% do valor atual. O gasto dessas indústrias com a Reserva Global de Reversão (RGR), cuja eliminação foi incluída no pacote do Governo, também é menor. A consequência de tudo isso é que o desconto efetivo da energia elétrica para grandes indústrias ficará, segundo os cálculos da Abrace, abaixo dos 16% anunciados para os consumidores residenciais. Além disso, as alíquotas do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) não serão alterados. Os Estados, conseqüentemente, não devem alterar o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). A orientação neste ano é que as ações de política econômica sejam traçadas no sentido de reduzir o custo Brasil e aumentar a competitividade. Avalia-se que agora é o momento de atacar os principais gargalos do País para que, quando o cenário ruim que atinge a cena externa se dissipar, a indústria nacional esteja preparada o suficiente para competir tanto no mercado internacional quanto no doméstico. (17.09.2012 – Valor Econômico)

Governo sanciona lei com melhoria para emissão de debêntures de infraestrutura

A Presidente da República, Dilma Rousseff, sancionou a Lei 12.715/2012, que reduziu a alíquota de Imposto de Renda (IR) sobre os rendimentos de aplicações em debêntures emitidas para financiar empreendimentos de infraestrutura. Pessoas físicas e investidores estrangeiros terão isenção de Imposto Renda. Para pessoas jurídicas domiciliadas no Brasil, a incidência será de 15%. Com isso, o financiamento de empreendimentos do setor, via crédito privado de longo prazo, deve ganhar impulso. Com as mudanças, a legislação fica mais clara e abrangente, aumentando o potencial para o setor privado financiar obras de infraestrutura. "Tenho certeza que, em poucos anos, a emissão de debêntures será um dos principais instrumentos para a estruturação de 'funding' para os

painel

■ MME adia leilões A-3 e A-5 para dezembro

O Ministério de Minas e Energia (MME) adiou a realização dos leilões A-3 e A-5 de 2012 para os dias 12 e 14 de dezembro, respectivamente. Os leilões estavam previstos para serem realizados nos dias 18 e 25 de outubro. Mais informações no site: www.mme.gov.br

■ Rodada de licitação de petróleo e gás é aprovada por Dilma e será em maio de 2013.

Foi aprovada a realização de novas rodadas de licitação de blocos exploratórios de petróleo e gás. A 11ª rodada da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) ocorrerá em maio de 2013. O dia será fixado posteriormente pela Agência Reguladora. A 11ª

pesados investimentos que o Brasil fará em infraestrutura no médio e longo prazo", avalia Paulo Godoy, Presidente da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib). De acordo com Godoy, o BNDES, que historicamente tem ofertado crédito de longo prazo em condições razoáveis para os investimentos, não terá orçamento suficiente para atender a infraestrutura e todos os outros setores produtivos. "Por isso é importante atrair o crédito privado de longo prazo para a infraestrutura", conclui. Paulo Godoy projetou que o mercado de debêntures emitidas para investimento em projetos de infraestrutura possa captar R\$ 50 bilhões por ano, dentro de seis ou sete anos. (19.09.2012 - Abdib)

Preço em ferrovia cai entre 25% a 50%

O Governo Federal publicou o novo teto de tarifas a serem cobradas pelas concessionárias de ferrovias. Em média, a redução é de 25% e passam de 50% em alguns casos. Segundo a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), a modificação tem o respaldo jurídico proporcionado pelos contratos assinados com as concessionárias nos anos 90. Os técnicos da ANTT afirmam que os preços dos produtos estavam defasados e as novas tabelas irão trazer valores mais justos para as estradas de ferro. A intenção também é pressionar as tarifas de forma que as concessionárias procurem investir mais para aumentar sua produtividade. As resoluções publicadas ocorrem paralelamente às diretrizes do novo marco regulatório das ferrovias. No marco regulatório foram estabelecidas às concessionárias metas de operação a serem cumpridas em cada trecho concedido, não mais ocultando trechos com baixa produtividade. Também ficou estabelecido o direito de passagem e tráfego mútuo, para que as demais concessionárias possam compartilhar a malha mediante pagamento de uma taxa e a defesa do usuário do transporte de carga, oficializando os direitos dos clientes. Paralelamente às diretrizes publicadas, o Governo está retomando trechos das concessionárias atuais para, então, relicitá-los sob um mecanismo diferente. O Governo comprará do vencedor do leilão toda a capacidade de transporte da malha e revenderá a diferentes operadoras. (11.09.2012 – Valor Econômico)

Estatal EPL terá mais R\$ 500 milhões para TAV

A Empresa de Planejamento e Logística (EPL) terá seu capital ampliado em R\$ 500 milhões para contratar o projeto executivo do Trem de Alta Velocidade (TAV). A nova Estatal passa a somar investimentos de R\$ 1,3 bilhão no TAV, já que também prevê aplicar R\$ 800 milhões relativos ao capital necessário para compor sua participação como sócia minoritária do empreendimento. O processo para a contratação do projeto executivo ocorre em paralelo às audiências públicas, comandadas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e realizadas para apresentação da minuta do edital de concessão do TAV lançado pelo Governo. A perspectiva é a de que todo o projeto executivo do trem, considerando a parte de infraestrutura, seja contratado pela EPL ao longo do processo de escolha do operador, cuja concessão será feita já no próximo ano. O Presidente da Estatal, Bernardo Figueiredo, explicou que todo o processo de elaboração dos projetos é de responsabilidade da própria EPL, mas o trabalho será feito com o apoio de uma empresa estrangeira que irá supervisionar e orientar todas as etapas de viabilização da obra. Figueiredo afirma que a atração de mão de obra estrangeira, com

rodada abrange 174 blocos de exploração, metade em terra e metade *offshore*.

Mais informações no site:

www.anp.gov.br

■ MME coloca PDE 2021 em consulta pública

O Ministério de Minas e Energia (MME) publicou a portaria nº 546 que disponibiliza para Consulta Pública a proposta do Plano Decenal de Expansão de Energia – PDE 2021. As contribuições dos agentes interessados para o aprimoramento da proposta serão recebidas pelo MME até o dia 31 de outubro de 2012. Mais informações no site:

www.mme.gov.br

qualificação técnica para atuar no projeto do TAV, ajudará na qualificação dos profissionais de engenharia do País, pois a crise internacional abre uma janela de oportunidade para que o Brasil atraia engenheiros do exterior. Trata-se de um momento especial diante da carência de mão de obra qualificada que o País enfrenta para atender as demandas de reconstrução da infraestrutura nacional. (17.09.2012 – Brasil Econômico)

Governo negocia regras para instalar antenas

O Ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, informou que negocia com o Senado uma regra que deverá ser aprovada ainda neste semestre para a implantação de antenas no País, já que existem mais de 200 normas municipais diferentes. O Ministro disse que está discutindo o assunto também com as empresas. A ideia é incluir a obrigação de compartilhar antenas, torre e infraestrutura no Plano Geral de Metas de Competição (PGMC), que está sendo preparado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Sobre o cronograma de implantação da tecnologia 4G, Paulo Bernardo disse que será obedecido o calendário definido no edital, e que até maio de 2013 o padrão estará disponível nas seis capitais onde vai acontecer a Copa das Confederações. Até o fim de 2013, o sistema será implantado nas capitais que sediarão a Copa do Mundo. Nas cidades com até 500 mil habitantes, o objetivo é ter tudo pronto até junho de 2014. (27.09.2012 – Valor Econômico)

Concessões de portos e aeroportos ficarão para outubro

O Presidente da Empresa de Planejamento e Logística (EPL), Bernardo Figueiredo, afirmou que o anúncio do pacote de concessões para portos e aeroportos deverá ocorrer no início de outubro. De acordo com o Presidente, o modelo para as licitações ainda não foi definido. Porém, está previsto o repasse à iniciativa privada de fatia majoritária dos aeroportos do Galeão (RJ) e de Confins (MG). Essa decisão foi tomada depois de constatado o desinteresse de grandes operadoras europeias e asiáticas em associar-se à Infraero com uma participação minoritária. Figueiredo destacou que o pacote deverá se concentrar no leilão de grandes aeroportos. "Temos dúvida se concessões de pequenos aeroportos seja viável", disse. (21.09.2012 – Valor Econômico)

EPE prevê investimento de R\$ 1 trilhão até 2021

A Empresa de Pesquisa Energética (EPE) prevê investimentos de R\$ 1,097 trilhão no setor de energia brasileiro até 2021. Os dados constam da minuta do Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE 2021), colocada em consulta pública em setembro. A EPE estima que o setor de energia elétrica será responsável por R\$ 269 bilhões desse total, sendo R\$ 213 bilhões em geração e R\$ 56 bilhões em transmissão. A maior fatia deverá ficar com o setor de petróleo e gás natural, com R\$ 749 bilhões. Só o segmento de exploração e produção responderá por R\$ 547 bilhões, seguido pelo refino e infraestrutura de transporte, com R\$ 198 bilhões. A oferta de gás natural deverá receber outros R\$ 4 bilhões. A oferta de biocombustíveis líquidos deverá receber, até 2021, outros R\$ 79 bilhões, sendo R\$ 71 bilhões para as usinas produtoras de etanol, R\$ 7 bilhões para a infraestrutura

dutoviária e portuária e R\$ 1 bilhão para as usinas de produção de biodiesel. A minuta traz ainda a estimativa de que a capacidade de geração elétrica crescerá 57% até 2021, passando de 116,5 Gigawatts (GW), no ano passado, para 182,4 GW. As projeções da EPE levam em conta o crescimento do consumo de energia de 4,7% ao ano até 2021. A previsão foi feita baseada em uma estimativa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 4,7% ao ano até 2021. (25.09.2012 – Valor Econômico)

Governo avalia criar uma agência portuária federal

O Governo Federal estuda extinguir as Companhias Docas Estaduais e concentrar a gestão dos terminais que permanecerem públicos após as concessões numa agência portuária federal ou órgão semelhante. Há também a possibilidade da Presidente nomear dirigentes técnicos ao invés dos indicados políticos atuais, em modelo semelhante ao da Petrobras e do setor elétrico. A avaliação é que o atual modelo de gestão dos portos cobra mal e investe pouco, sendo insuficiente para fazer frente ao salto verificado no comércio exterior do País. O diagnóstico do Governo vai além: os terminais privados, não recebem cargas de outras companhias, o que gera ineficiências e frete alto. Caso opte pela criação de uma agência portuária e, conseqüentemente, determine o fim das docas (que seriam extintas tão logo terminem os contratos em vigor), o Governo Federal deve repetir o desenho definido no modelo de concessão de rodovias e ferrovias. O objetivo seria permitir um uso mais racional dos terminais atuais e eliminar monopólios. Além da agência reguladora, que se preocupa em elaborar normas e fiscalizar o cumprimento dos contratos, o Governo estuda, também, a criação da figura de um operador. Esse operador cuidaria do tráfego de navios, em tempo real. (11.09.2012 – Valor Econômico)

Setor portuário planeja investir R\$ 44 bilhões

As empresas do setor portuário têm planos de investir cerca de R\$ 44 bilhões nos próximos anos, segundo levantamento feito pela Associação Brasileira de Terminais Portuários (ABTP). Desse total, cerca de R\$ 10 bilhões virão dos terminais de contêineres. Para o Presidente da ABTP, Wilen Manteli, o atual modelo do setor portuário há muito tempo não atende às necessidades do País. Os dois principais problemas, de acordo com Manteli, estão no marco regulatório e na gestão. Além disso, há um excesso de burocracia que trava e encarece as operações portuárias. O presidente do Conselho Temático Permanente de Infraestrutura (Coinfra) da Confederação Nacional da Indústria (CNI), José de Freitas Mascarenhas, também criticou a qualidade dos terminais portuários. De acordo com Mascarenhas, pesquisas feitas com empresários colocam os portos como o elo mais ineficiente da logística brasileira e que os problemas não se limitam apenas aos portos. No Brasil, a participação dos transportes no custo total do produto é quase o dobro da verificada nos Estados Unidos. Numa carga de soja que vai para a Alemanha, esses custos representam 28% no Brasil e 15% nos Estados Unidos. Se o destino for Xangai, na China, esses percentuais sobem para 30% e 19%, respectivamente. Espera-se agora que a nova estatal EPL (Empresa de Planejamento Logístico) possa melhorar a eficiência do Governo no setor logístico. (14.09.2012 – O Estado de S. Paulo)

1. Energia Elétrica

1.1. Previsão para Entrada em Operação de Novos Geradores – Quadro Geral (ANEEL)

Previsão para Entrada em Operação (MW)

de 15 de setembro de 2012 até 31 de dezembro de 2016

Usinas Hidrelétricas (UHE)						
Cenário	2012	2013	2014	2015	2016	Σ
Conservador	866	4.714	1.323	2.302	4.039	13.243
Otimista	866	4.743	1.323	2.302	4.039	13.273

Usinas Termelétricas (UTE)*						
Cenário	2012	2013	2014	2015	2016	Σ
Conservador	1.902	939	1.179	1.350	0	5.371
Otimista	1.947	1.339	1.721	2.251	0	7.259

Fontes Alternativas - PCHs, Biomassa e Eólica (F.A.)						
Cenário	2012	2013	2014	2015	2016	Σ
Conservador	1.066	2.098	108	416	0	3.687
Otimista	1.221	3.738	2.485	1.638	21	9.102

Somatório de UHE, UTE, F.A.						
Cenário	2012	2013	2014	2015	2016	Σ
Conservador	3.834	7.751	2.609	4.068	4.039	22.301
Otimista	4.034	9.820	5.529	6.191	4.060	29.634

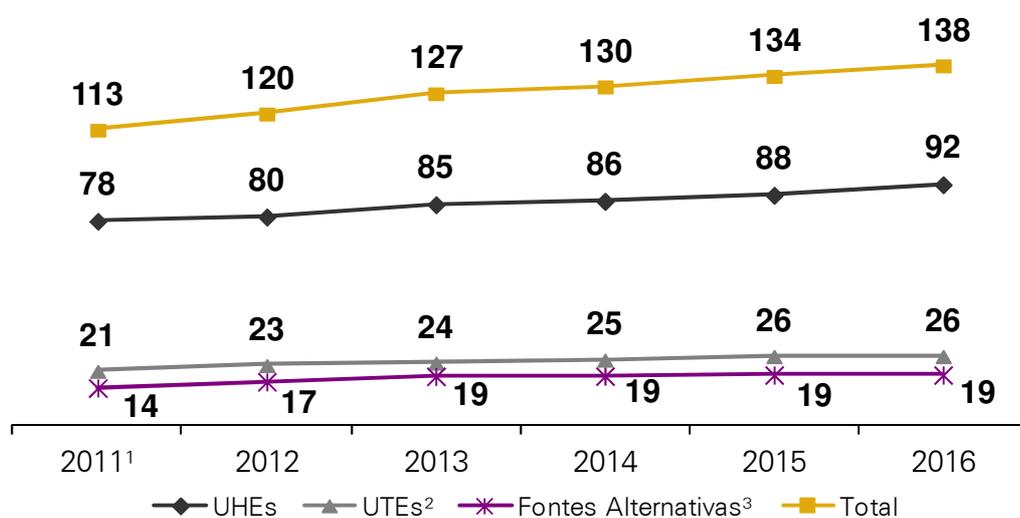
Fonte: Elaboração própria com dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)
 Cenário conservador: considera somente as usinas sem restrições à entrada em operação.
 Cenário otimista: considera as usinas sem restrições à entrada em operação e as usinas com impedimentos tais como licença ambiental não obtida, obra não iniciada e contrato de combustível indefinido.

*Inclui as participantes e as não-participantes do Programa Proritário de Termelétricas.

As estimativas divulgadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) indicam, no cenário conservador, o aumento de 3,5% ao ano na capacidade total de geração elétrica do País, considerando o período entre 15 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2016.

No cenário otimista, a previsão de expansão é de 29,6 mil MW no período 2012-2016. Nesse cenário, a taxa média de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica seria de 4,8% ao ano.

Previsão da Capacidade Instalada* (GW) Cenário Conservador



Fonte: Elaboração própria com dados da Aneel.

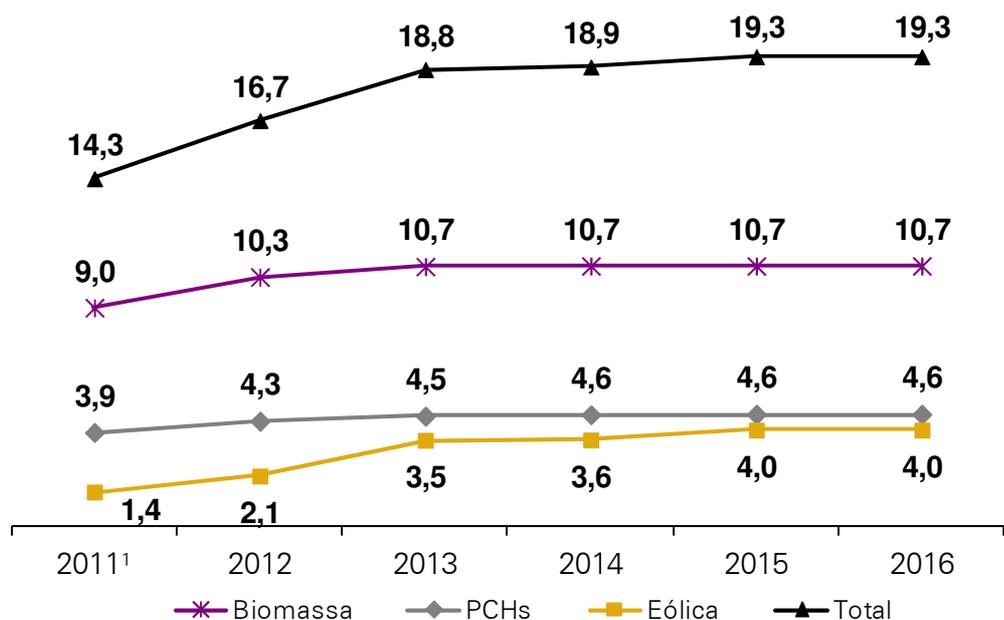
¹ Capacidade Instalada em 31/12/2011.

² UTEs movidas a carvão, gás natural, diesel e óleo combustível.

³ PCHs, UTEs movidas a biomassa e eólicas.

* Exclui Centrais Nucleares.

Previsão da Capacidade Instalada - Fontes Alternativas (GW) Cenário Conservador



Fonte: Elaboração própria com dados da Aneel.

¹ Capacidade Instalada em 31/12/2011.

Entre 2012 e 2016, no cenário conservador, estima-se o crescimento de 18% da capacidade instalada no Brasil de usinas hidrelétricas (UHEs). O crescimento da geração térmica (UTEs), também no cenário conservador, deve ser de 28% no mesmo período.

Em dezembro de 2011, as UHEs representavam 69% da capacidade total instalada e em 2016 deverão representar 67%. A participação na capacidade total instalada das UTEs deve aumentar de 18% para 19%.

A participação das usinas térmicas à biomassa deve permanecer em 8% e das pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) deve permanecer em 3% em 2016.

A previsão conservadora para a participação das usinas eólicas na capacidade total instalada, em 2016, passará de 1% para 3%.

A estimativa conservadora de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica, em 2012, é superior à estimativa de crescimento do PIB elaborada pela CNI, respectivamente, 5,5% e 1,5%.

1.1.1. Geração Hidrelétrica e Termelétrica

Das UHEs com previsão para entrar em operação até 2016, uma apresenta restrição para a contratação de 30 MW: Salto Curucaca (PR). No cenário conservador, 13,2 mil MW devem entrar em operação até 2016.

Em relação às termelétricas, apesar da alta capacidade prevista para entrada em operação no cenário otimista, de 7,2 mil MW até 2016, apenas 5,4 mil MW (74%) não apresentam restrição ao andamento dos trabalhos.

A usina hidrelétrica de Santo Antônio conta com cinco unidades geradoras em operação comercial. As unidades 6, 7 e 8 estão em fase final de comissionamento, com previsão de geração para os próximos 10, 30 e 45 dias, respectivamente. Com isso, estará em pleno funcionamento a primeira Casa de Força da UHE Santo Antônio, localizada na margem direita do rio Madeira. A Santo Antônio Energia prevê contar com pelo menos dez unidades em operação até dezembro deste ano.

Essas máquinas continuarão conectadas ao Sistema Elétrico Regional Acre/Rondônia através da subestação provisória de 465 MVA. Como consequência, a geração térmica da Região passa a ser gradativamente substituída por hidráulica, porém ainda restrita a 180 MW devido a adequações no sistema, que estão sendo efetivadas pela Eletrobrás. Porém a conexão final ao SIN depende da implantação do Sistema de Transmissão do Madeira (HVDC).

Os testes de comissionamento da 1ª etapa do Sistema de Transmissão do Madeira, que corresponde ao sistema *Back-to-Back*, estão sendo realizados agora, pois demandam a geração de quatro unidades de Santo Antônio. O 1º bipolo (linha de 600 kV em corrente contínua) e as Subestações Conversoras (Porto Velho e Araraquara) não recuperaram seus atrasos. Na melhor das hipóteses, essas instalações estarão operando em meados de 2013.

O início dos testes de comissionamento das primeiras máquinas da UHE Jirau está previsto para janeiro de 2013.

1.1.2. Geração a partir de Fontes Alternativas

No cenário conservador, a contribuição das PCHs deverá ser de 481 MW de potência adicional até 2016. Já no cenário otimista, até 2016, devem entrar em operação 1,2 mil MW. As três pequenas centrais hidrelétricas integrantes do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA) não têm previsão para a contratação dos 32 MW.

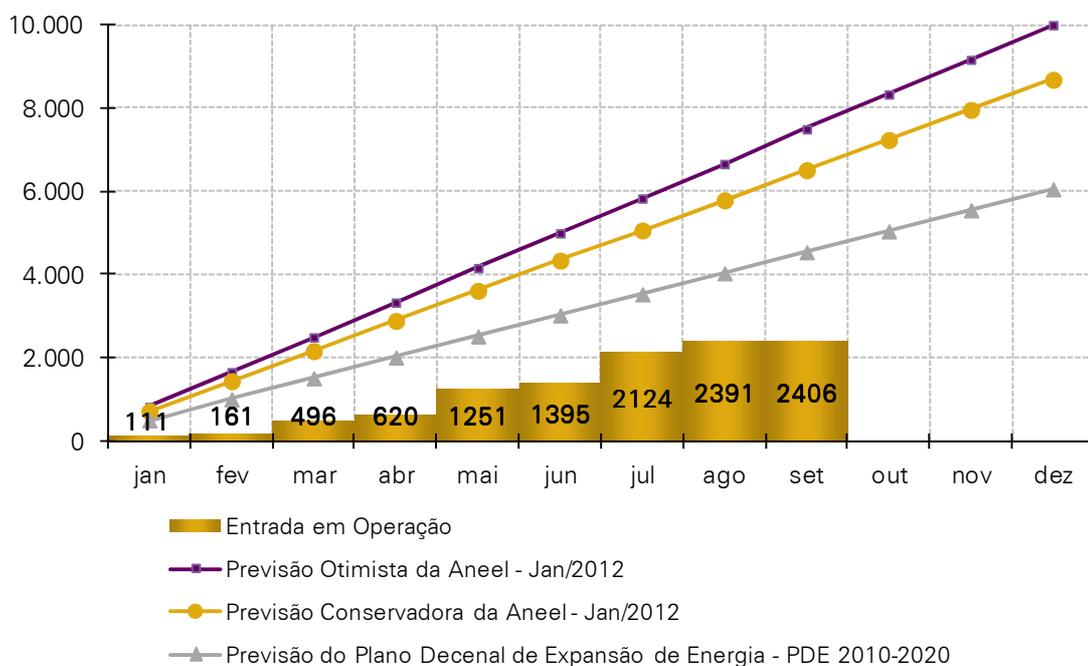
As usinas a biomassa devem acrescentar, no cenário conservador, 895 MW até 2016. No cenário otimista, a contribuição adicional total dessa fonte pode chegar a 1,4 mil MW para o mesmo período. As seis usinas a biomassa integrantes do PROINFA não têm previsão para entrada em operação.

No cenário conservador, as usinas eólicas devem acrescentar 2,3 MW, sendo 71 MW (3%) referentes às usinas pertencentes ao PROINFA. Na previsão otimista, espera-se um incremento de 6,4 mil MW até 2016.

1.1.3. Expansão da Capacidade de Geração

O gráfico apresentado a seguir ilustra os acréscimos mensais de capacidade geradora no sistema interligado nacional. As linhas representam uma média teórica de entrada uniforme de capacidade geradora para que a previsão seja atingida.

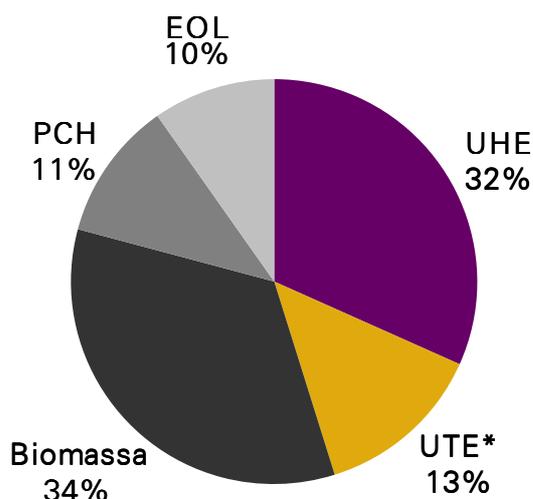
Expansão da Capacidade de Geração em 2012 (MW)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL e da EPE.

Em 2012, até 15 de setembro, entraram em operação 2.406 MW. Desse total, as UTEs representaram 13% da potência total instalada. As UHEs representaram 32% da potência total instalada, no período, com a entrada em operação de 763 MW. As PCHs e EOLs representaram cada uma, respectivamente, 11% e 10% da capacidade instalada no período. As UTEs a biomassa representam 34% da potência instalada.

Distribuição da Capacidade Instalada por Tipo de Usina (%) De 1º de janeiro a 15 de setembro de 2012



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL.

* Inclui UTEs a óleo combustível, óleo diesel, gás natural e carvão.

1.2. Consumo de Energia Elétrica (EPE)

O mercado nacional de fornecimento de energia elétrica a consumidores livres e cativos atingiu, em julho de 2012, 35.902 GWh, apresentando crescimento de 1% em relação a julho de 2011. No acumulado do ano, o crescimento foi de 4%.

Em julho de 2012, o consumo industrial de energia elétrica foi de 15.192 GWh, valor 2% inferior ao observado no mesmo mês de 2011.

Em julho, a Região Norte fechou o consumo industrial em queda de 5,8%, principalmente por conta do menor consumo dos setores de alumínio e ferroligas no Pará, seguidas pelas Regiões Nordeste e Sudeste com quedas de, respectivamente, 3,4% e 2,5%.

As demais regiões apresentaram crescimento no consumo industrial em comparação com julho de 2011. As Regiões Sul e Centro-Oeste expandiram o consumo, respectivamente, em 1,2% e 13,9%. O grande crescimento da região Centro-Oeste ainda se deve ao efeito da entrada, ao longo de 2011, de importantes cargas no setor extrativo e metalúrgico em Goiás.

Consumo de Energia Elétrica por Classe (GWh)

Classe	Julho 2011	Julho 2012	Var. %	Jan-Jul 2011	Jan-Jul 2012	Var. %
Residencial	9.128	9.283	2	65.132	68.069	5
Industrial	15.436	15.192	-2	105.565	106.659	1
Comercial	5.654	6.027	7	42.634	45.736	7
Outras	5.200	5.400	4	36.327	38.790	7
Total	35.418	35.902	1	249.658	259.254	4

Fonte: Elaboração própria com dados da EPE.

2. Petróleo

2.1. Produção, Comércio Exterior e Processamento de Petróleo (ANP)

A produção nacional de petróleo no mês de julho de 2012 foi de 65 milhões de barris equivalentes de petróleo (bep), volume 3% inferior ao produzido no mesmo mês do ano anterior. O crescimento da produção de petróleo no acumulado do ano foi de 1% em comparação a 2011.

O grau API médio do petróleo produzido em julho de 2012 foi de aproximadamente 23,8°, sendo que 8% da produção foi considerada óleo leve (maior ou igual a 31°API), 57% foi considerada óleo médio (entre 22°API e 31°API) e 35% foi considerado óleo pesado (menor que 22°API).

O volume correspondente ao processamento de petróleo nas refinarias nacionais, em julho de 2012, foi de 60 milhões de bep. Esse volume foi 10% superior ao observado em julho de 2011. No acumulado do ano, o crescimento foi de 4% em relação ao acumulado do ano anterior.

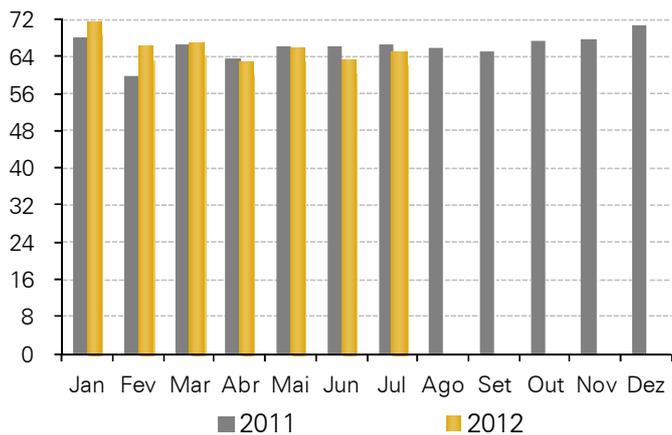
De acordo com a ANP, em julho de 2012, cerca de 90% da produção de petróleo do Brasil foi extraída de campos marítimos.

O volume de petróleo exportado pelo País, em julho de 2012, foi de 15 milhões de bep, valor 26% inferior ao exportado em julho de 2011. No acumulado do ano, esse volume foi 9% inferior em comparação ao mesmo período do ano anterior.

De acordo com Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), a queda na exportação de petróleo, em julho de 2012, se deu, principalmente pela desaceleração da economia chinesa.

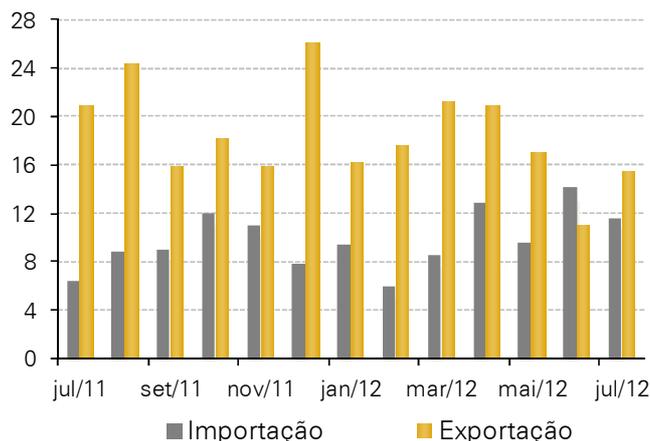
O preço médio do petróleo importado pelo País, em julho de 2012, foi de US\$ 105,82/barril, valor 16% inferior ao observado em junho de 2011. Para o Instituto Americano de Petróleo (API, em inglês), os receios de que uma forte desaceleração econômica global reduza a demanda por petróleo pressionou para baixo os preços da *commodity* em julho de 2012.

Produção Nacional de Petróleo (milhões bep)



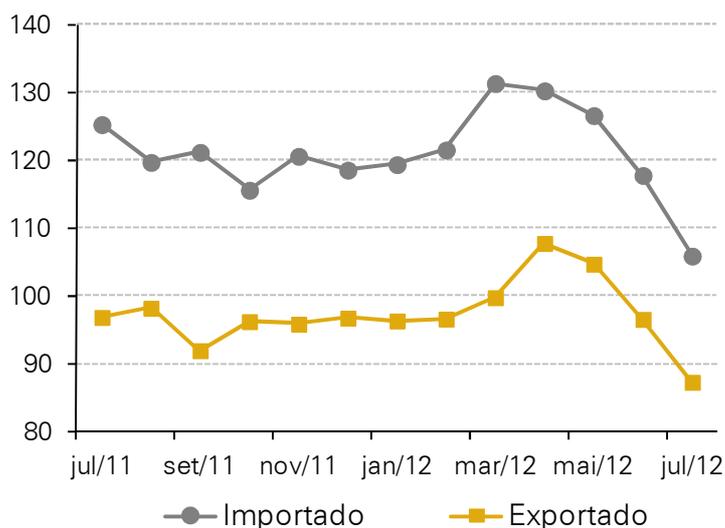
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação vs. Exportação de Petróleo (milhões bep)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Preço Médio do Petróleo Importado e Exportado (US\$ FOB/barril)

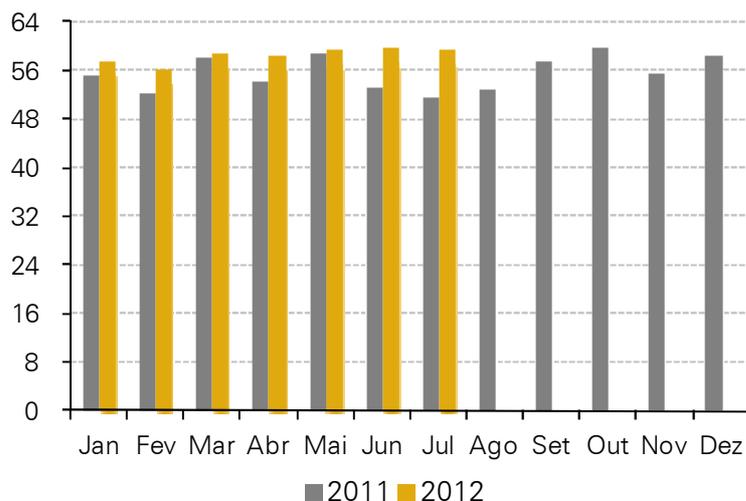


Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.2. Produção e Comércio Exterior de Combustíveis Derivados de Petróleo (ANP)

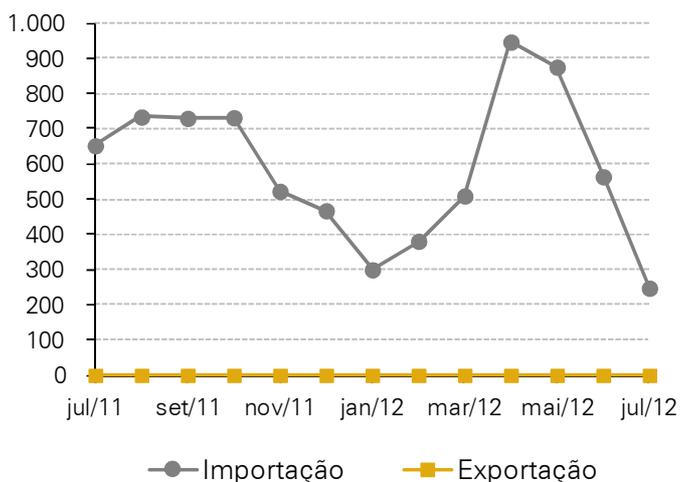
Em julho de 2012, a produção nacional de derivados de petróleo foi de 59 milhões bep (1 bep equivale a 0,15 m³) apresentou valor 16% superior ao produzido em julho de 2011. Até julho de 2012, a produção no ano apresentou aumento de 1% quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

Produção de Derivados de Petróleo
(milhões bep)



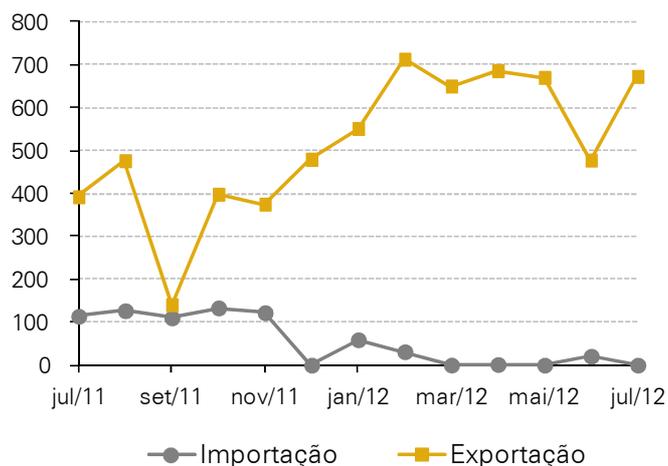
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação e Exportação de Nafta
(mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação e Exportação de Óleo Combustível
(mil m³)

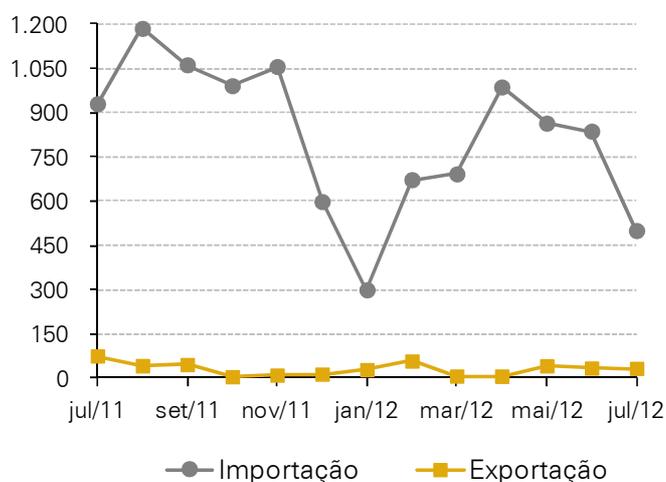


Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

A importação de derivados de petróleo, em julho de 2012, foi de 9 milhões bep, valor 37% inferior ao registrado em julho do ano anterior. Até julho, o volume de derivados importado no ano foi 8% superior ao observado no mesmo período do ano anterior.

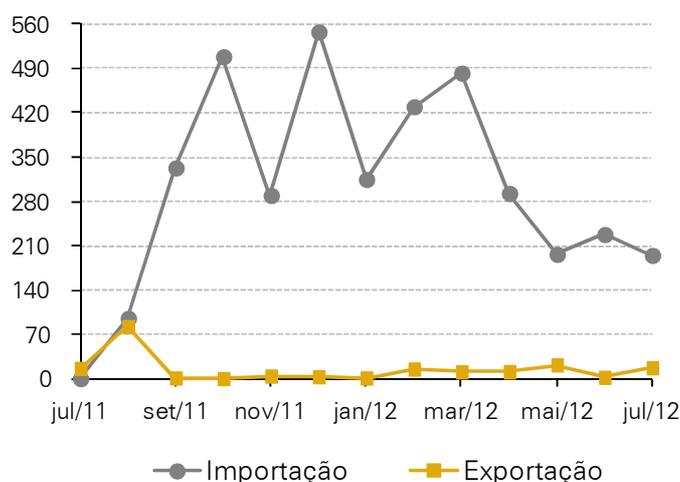
Com respeito à exportação de derivados de petróleo, em julho de 2012, foi constatado um total de 8,6 milhões bep, o que representa um volume 15% superior ao mesmo mês de 2011. No acumulado do ano, esse volume foi 7% superior ao registrado no mesmo período do ano anterior.

Importação e Exportação de Óleo Diesel (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação e Exportação de Gasolina (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.3. Dependência Externa (ANP)

Em julho de 2012, o Brasil registrou uma dependência externa negativa de 5% na balança comercial de petróleo e derivados. No acumulado do ano, a dependência externa foi também negativa, no valor de 3%.

Dependência Externa de Petróleo e Derivados (milhões bep)

	Jul/2011	Jan-Jul/2011	Jul/2012	Jan-Jul/2012
Produção de Petróleo (a)	67	458	65	461
Imp. Líq. de Petróleo (b)	-14	-60	-4	-47
Imp. Líq. de Derivados (c)	7	32	1	35
Consumo Aparente (d)=(a+b+c)	59	429	62	449
Dependência Externa (e)=(d-a)	-7	-28	-3	-13
Dependência Externa (%) (e)/(d)	-12	-7	-5	-3

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.4. Balança Comercial (ANP)

A balança comercial brasileira de petróleo e derivados, em julho de 2012, apresentou saldo positivo de US\$ 93 milhões FOB. Ou seja, o Brasil exportou US\$ 93 milhões FOB a mais do que importou. No mesmo mês do ano anterior, esse saldo havia sido positivo em US\$ 388 milhões FOB.

No acumulado do ano, a balança apresentou saldo negativo de US\$ 1,4 bilhão FOB.

Balança Comercial de Petróleo e Derivados (milhão US\$ FOB)

	jul/11	jan-jul/2011	jul/12	jan-jul/2012
Petróleo				
Receita com exportação (a)	2.023	12.129	1.348	11.809
Dispêndio com importação (b)	802	8.330	1.233	8.747
Balança Comercial (c)=(a-b)	1.221	3.798	115	3.062
Derivados				
Receita com exportação (d)	841	5.742	846	6.629
Dispêndio com importação (e)	1.675	9.481	868	11.112
Balança Comercial (f)=(d-e)	-833	-3.739	-21	-4.483
Petróleo e Derivados				
Receita Total com exportação (g)=(a+d)	2.864	17.871	2.194	18.438
Dispêndio Total com importação (h)=(b+e)	2.476	17.811	2.101	19.858
Balança Total (i)=(g)-(h)	388	60	93	-1.421

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

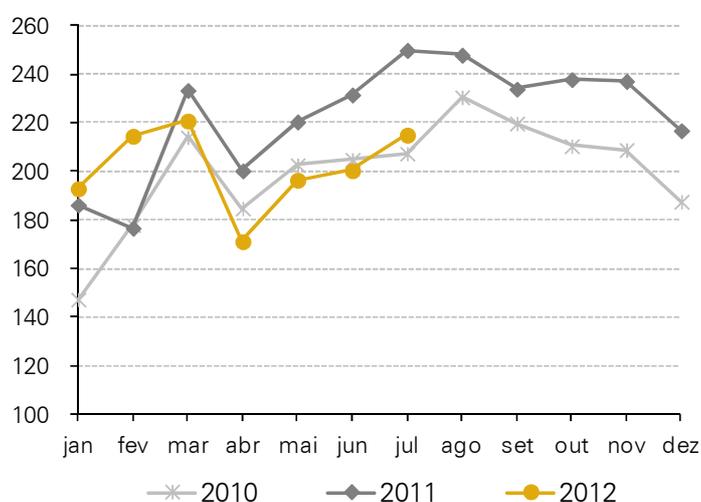
3. Biocombustíveis

3.1. Produção de Biodiesel (ANP)

A produção nacional de biodiesel, em julho de 2012, foi de 215 mil m³, montante 14% inferior ao produzido em julho de 2011. No acumulado do ano, a produção foi 6% inferior.

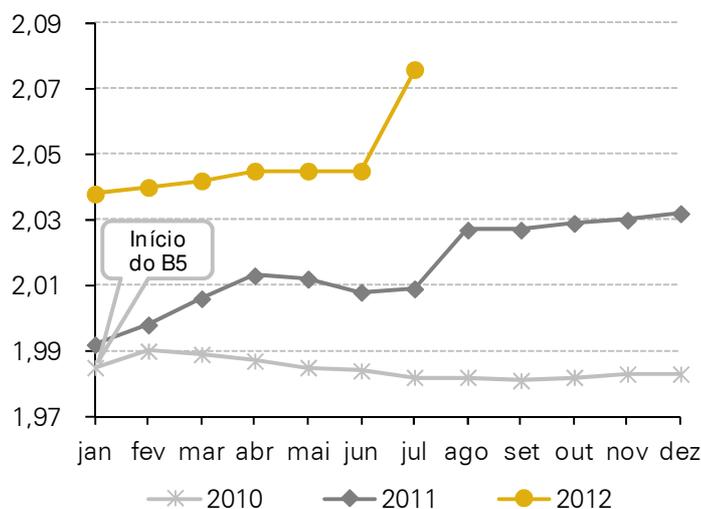
O preço do óleo diesel (misturado com biodiesel), em julho de 2012, foi de R\$ 2,08/ ℓ, valor 3,3% superior observado em julho de 2011.

**Produção de Biodiesel
(mil m³)**



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

**Preço ao Consumidor do Diesel B5
(R\$/ℓ)***



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

*B2,B3,B4,B5: respectivamente, 2%,3%,4%,5% de biodiesel no óleo diesel

3.2. Álcool

3.2.1. Produção de Álcool e Açúcar (MAPA)

A safra 2012/2013 produziu, até o dia 1º de julho de 2012, 4.964 mil m³ de álcool, sendo 3.357 mil m³ referentes à produção de álcool etílico hidratado (68%). Em relação ao mesmo período da safra 2011/2012, houve uma diminuição de 27% na produção de álcool hidratado.

A produção total de álcool foi 30% inferior em relação à safra anterior, com grandes quedas tanto na produção do álcool hidratado quanto do álcool anidro.

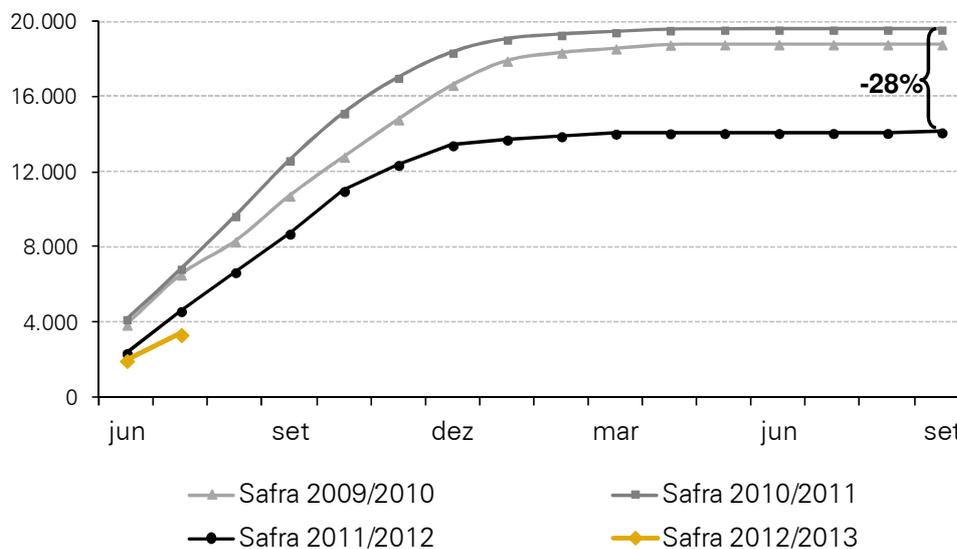
A produção de açúcar também apresentou queda. Até 1º de julho de 2012, produziu-se 6.691 mil ton de açúcar, volume 29% inferior ao observado no mesmo período da safra 2011/2012.

Produção de Álcool e Açúcar - Valores Acumulados

	Safra 2011/2012 (até 1º de julho de 2011)	Safra 2012/2013 (até 1º de julho de 2012)	Variação (%)
Álcool Anidro (mil m ³)	2.448	1.607	-34
Álcool Hidratado (mil m ³)	4.607	3.357	-27
Total Álcool (mil m³)	7.055	4.964	-30
Açúcar (mil ton)	9.399	6.691	-29

Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

Produção de Álcool Etílico Hidratado (mil m³)



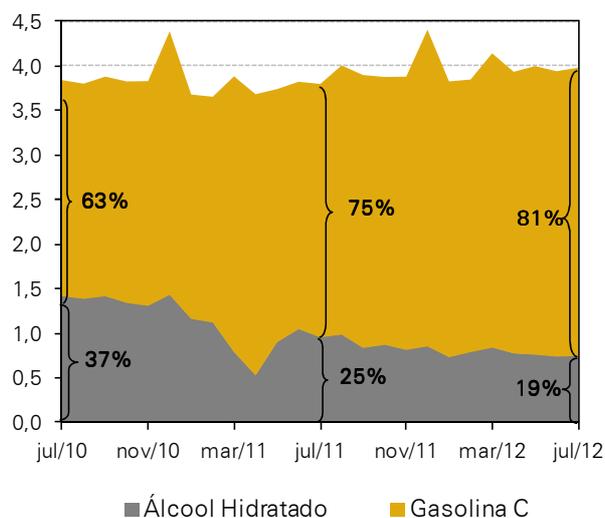
A safra 2011/2012 se encerrou em setembro com queda de 28% na produção álcool etílico hidratado em relação a safra 2010/2011. A produção de açúcar foi 5% inferior.

3.2.2. Vendas de Álcool Etílico Hidratado (ANP)

As vendas de álcool etílico hidratado foram de 751 mil m³ em julho de 2012. Esse número representa uma diminuição de 22% em relação a julho de 2011. No acumulado do ano, as vendas foram 17% inferiores às ocorridas no mesmo período do ano anterior.

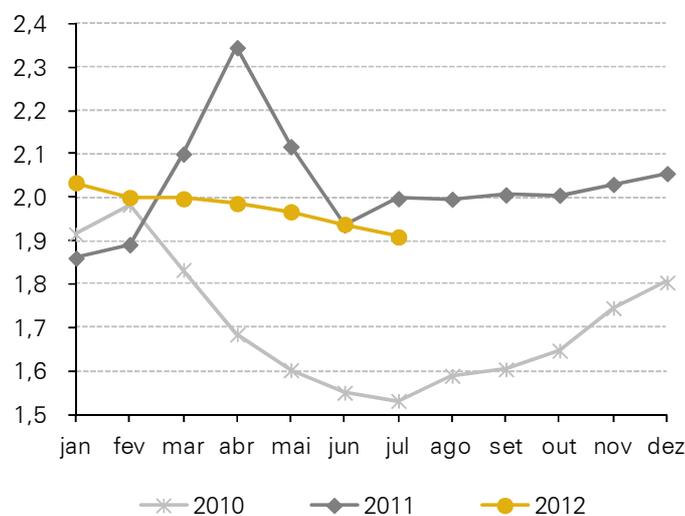
Em julho de 2012, o preço médio ao consumidor do álcool etílico hidratado foi de R\$ 1,91/ℓ, valor 4% inferior ao registrado em julho de 2011.

Vendas de Álcool Etílico Hidratado e Gasolina C¹ (milhão m³)



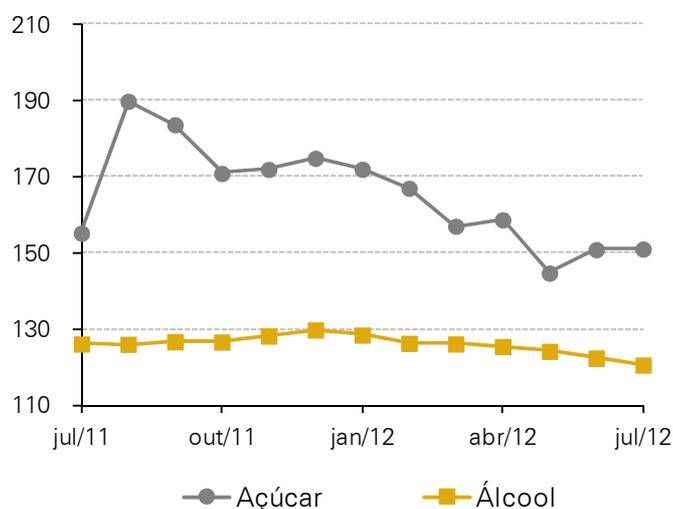
¹Gasolina C: Gasolina A + percentual de Álcool Anidro.
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Preço ao Consumidor do Álcool Etílico Hidratado (R\$/ℓ)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Índice de Preço do Açúcar* e do Álcool Etílico Hidratado (jan/07 = 100)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP e da ESALQ/USP.

* Foi considerado o preço do açúcar cristal observado no Estado de São Paulo, no 1º dia útil de cada mês, divulgado pela ESALQ/USP.

4. Gás Natural

4.1. Produção, Importação e Oferta Interna de Gás Natural (ANP)

A produção nacional diária média de gás natural, em julho de 2012, foi de 70.979 mil m³, representando um aumento de 6% comparado à média verificada em julho de 2011. No acumulado do ano, esse valor também foi 6% superior ao apresentado no mesmo período de 2011.



A importação de gás natural realizada pelo País em julho de 2012 foi de 28.870 mil m³/dia. A oferta total líquida desse energético, descontando o gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção, naquele mês, foi de 75.695 mil m³/dia. Este montante é 6% superior ao observado em julho de 2011. No acumulado do ano, a oferta total de gás natural foi 16% superior ao observado no mesmo período do ano anterior.

A proporção de gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção (E&P) foi de 34% em julho de 2012. Em julho de 2011, essa proporção havia sido de 39%.

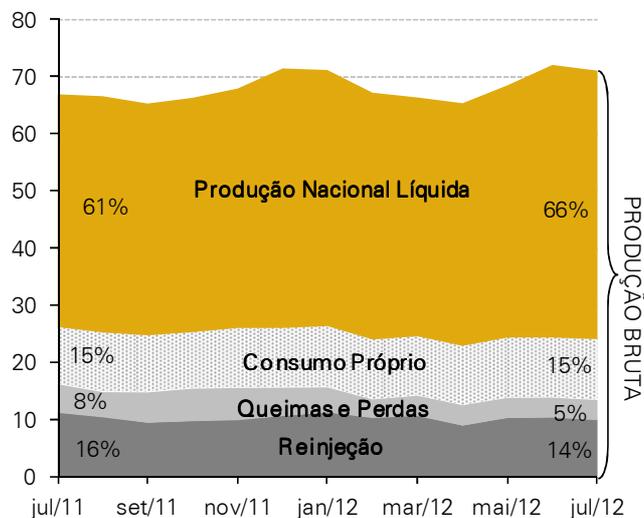
Balanco do Gás Natural no Brasil (mil m³/dia)

	Média em jul/2011	Média do período jan-jul/2011	Média em jul/2012	Média do período jan-jul/2012
Produção Nacional¹	66.879	64.838	70.979	68.735
- Reinjeção	11.152	11.851	9.884	10.205
- Queimas e Perdas	5.175	4.438	3.586	3.691
- Consumo Próprio	10.402	10.080	10.684	10.574
= Produção Nac. Líquida	40.150	38.469	46.825	44.265
+ Importação	30.807	28.257	28.870	33.078
= Oferta	70.958	66.726	75.695	77.343

¹Não inclui Gás Natural Liquefeito.

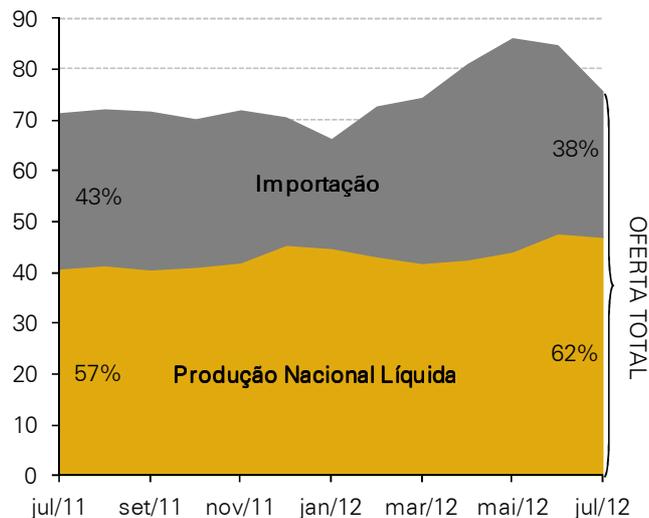
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Produção Nacional Bruta de Gás Natural (milhão m³/dia)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Oferta Total de Gás Natural (milhão m³/dia)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

4.2. Consumo de Gás Natural (ABEGÁS)

O consumo de gás no País em julho de 2012 foi, em média, de 45 milhões de m³/dia. Essa média é 8% inferior ao volume médio diário consumido em julho de 2011. No acumulado do ano, o consumo nacional foi 11% superior ao observado no mesmo período do ano anterior.

Consumo de Gás Natural por Segmento

	médio (mil m ³ /dia)		Variação %	
	jul/12	jan-jul/2012	jul-2012/ jul-2011	Acumulado do Ano
Industrial	28.877	28.463	-1	-1
Automotivo	5.179	5.297	-2	0
Residencial	1.049	884	-2	-1
Comercial	744	705	-1	3
Geração Elétrica	5.416	11.430	-42	59
Co-geração*	3.125	3.069	6	0
Outros	985	1.951	-5	113
Total	45.375	51.799	-8	11

*O segmento co-geração contempla os consumos de co-geração industrial e co-geração comercial.

Fonte: Elaboração própria com dados da Abegás.

O setor industrial, em julho de 2012, consumiu 29 milhões de m³/dia de gás natural, o que representa uma diminuição de 1% em relação ao mesmo mês do ano anterior. No acumulado do ano, o consumo médio diário da indústria também foi 1% inferior em relação ao mesmo período de 2011.

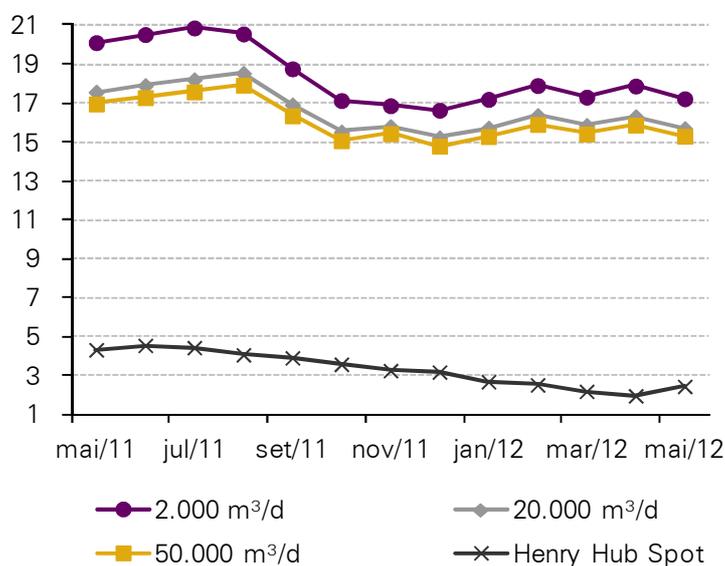
A indústria foi responsável por 65% do volume total de gás consumido em julho de 2012. O setor foi seguido pela geração elétrica responsável por 12% do consumo de gás natural em junho de 2012. No acumulado do ano, o despacho térmico cresceu 59%.

4.3. Preço do Gás Natural (MME)

O preço médio do gás natural ao consumidor industrial, em maio de 2012, foi de US\$ 16,07/MMBtu, valor 12% inferior ao apresentado em maio de 2011 (US\$ 18,21/MMBtu). Esse valor inclui impostos e custos de transporte.

Em maio de 2012, o preço médio do gás natural no mercado spot Henry Hub foi de US\$ 2,43/MMBtu, valor 44% inferior ao apresentado em maio de 2011 (US\$ 4,31/MMBtu). Esse preço não inclui impostos, transporte nem margem do distribuidor e é estabelecido nos dias úteis em negociações para entrega no dia seguinte.

Preço Médio do Gás Natural: Consumidor Industrial¹ e do Mercado Spot Henry Hub² (US\$/MMBtu)



Fonte: Elaboração própria com dados do Ministério de Minas e Energia e do Governo de Nebraska (EUA).

¹ Preço com impostos e custo de transporte. Média mensal.

² Preço sem impostos e custo de transporte. Média ponderada mensal das cotações diárias.

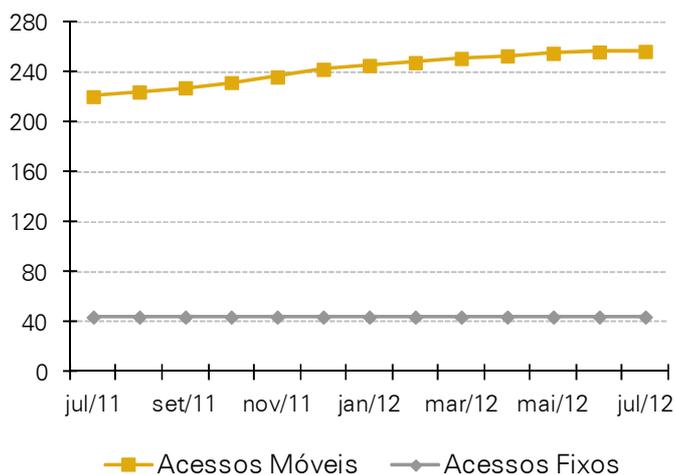
5. Telecomunicações

5.1. Indicadores do Serviço de Telefonia Fixa Comutada e Acessos Móveis (ANATEL)

Em julho de 2012, o número de acessos móveis em operação foi de 256 milhões, montante 16% superior ao mesmo mês do ano anterior. O crescimento da quantidade de acessos tem sido de aproximadamente 1,3% ao mês.

Desde dezembro de 2008, os acessos fixos apresentam tendência de estagnação. Em julho de 2012, o número de acessos fixos foi de 44,1 milhões, valor similar ao averiguado em julho de 2011.

**Evolução dos Acessos Móveis e Fixos em Operação
(milhão)**



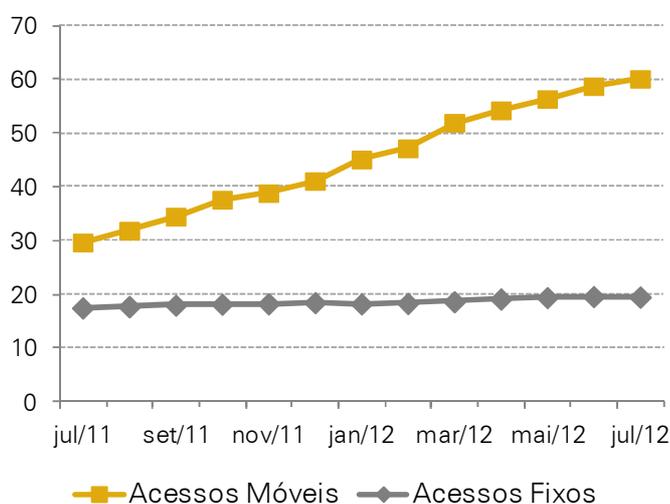
Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.

5.2. Serviços Contratados Ativos de Internet Móvel e Fixa (ANATEL)

O número total de acessos de internet móvel ativos comercializados em julho de 2012 foi de 60 milhões. Montante 103% superior ao observado no mesmo em julho de 2011. Em relação a junho de 2012, os acessos de internet móvel foram 0,5% inferior.

Os acessos totais de internet fixa vêm crescendo em ritmo inferior ao observado nos acessos móveis. Houve no mês de julho de 2012, um crescimento de 12% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Em relação a junho de 2012, os acessos a internet fixa foram 2,3% superior.

Evolução do Total de Acessos ativos de Internet Móvel¹ e Fixa² (milhão)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANATEL

¹ WCDMA, M2M e Banda Larga Móvel

² Serviço de Comunicação Multimídia (SCM)

6. Transportes

6.1. Portos Selecionados e Terminais de Uso Privativo (ANTAQ)

Em maio de 2012, a movimentação de granel sólido nos portos públicos e nos terminais de uso privativo (TUPs) teve diminuição de 4%, enquanto a movimentação de granel líquido foi 6% superior em relação ao mesmo mês do ano anterior.

A movimentação total de cargas nos portos públicos e TUPs, em maio de 2012, foi 1% inferior em comparação com o mesmo mês do ano anterior.

Em maio de 2012, os TUPs representaram 71% da movimentação total de carga nos portos e terminais. A movimentação total nos TUPs foi de 47.401 mil toneladas, volume 1% superior a maio de 2011. Os portos públicos movimentaram 19.557 mil toneladas em maio de 2012, volume 6% inferior ao mesmo mês do ano anterior.

A quantidade de contêineres movimentados em todos os portos organizados e terminais privados do País em maio de 2012 foi de 659.374 TEUs (*twenty-foot equivalent unit*), montante 4% superior ao observado no mesmo mês do ano anterior.

Movimentação Total de Cargas – por natureza* (mil t)

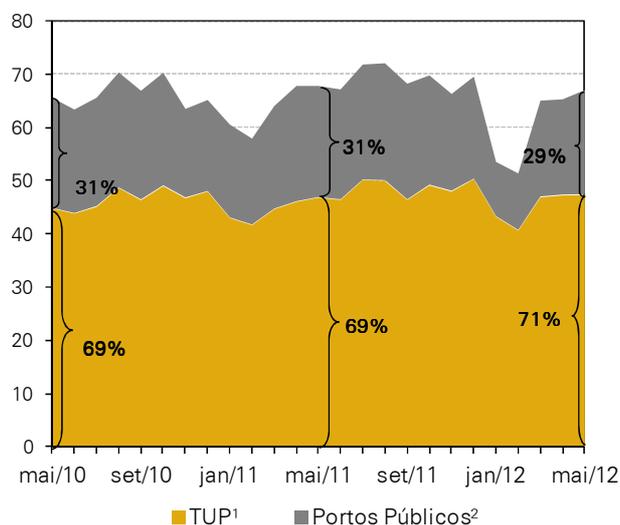
	Período		Variação %
	Mai/2011	Mai/2012	Mai-2012 / Mai-2011
Granel Sólido (a)	46.992	45.217	-4%
<i>Portos Públicos</i>	16.633	14.937	-10%
<i>TUPs</i>	30.359	30.280	0%
Granel Líquido (b)	17.312	18.422	6%
<i>Portos Públicos</i>	3.242	3.766	16%
<i>TUPs</i>	14.070	14.656	4%
Carga Geral Solta (c)	3.407	3.319	-3%
<i>Portos Públicos</i>	922	854	-7%
<i>TUPs</i>	2.484	2.466	-1%
Total (a + b + c)	67.711	66.958	-1%
<i>Portos Públicos</i>	20.797	19.557	-6%
<i>TUPs</i>	46.914	47.401	1%

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.

* Terminais de uso privativo (104 instalações)

Portos públicos (33 instalações)

Movimentação Total de Cargas (milhões t)

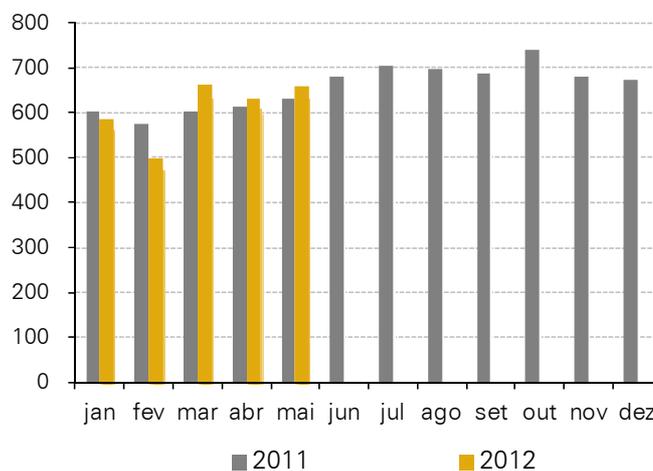


Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.

¹ Terminais de uso privativo (104 instalações)

² Portos públicos (33 instalações)

Movimentação Total de Contêineres* (milhões TEUs)



Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.

* Terminais de uso privativo (104 instalações)

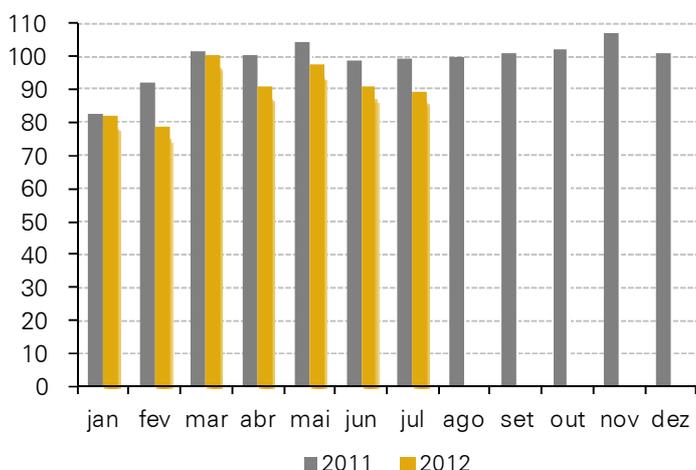
Portos públicos (33 instalações)

6.2. Transporte Aéreo (INFRAERO)

Em julho de 2012, 18,1 milhões de passageiros transitaram pelos aeroportos da Infraero, volume 8% superior ao ocorrido no mesmo período de 2011. Observa-se um crescimento contínuo da movimentação dos passageiros.

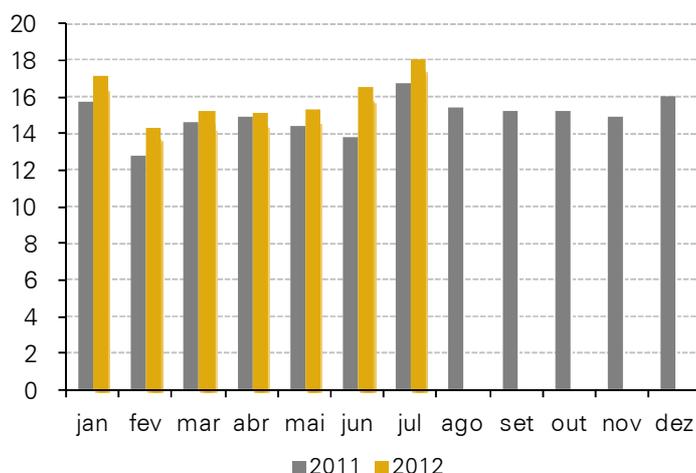
A movimentação de carga aérea total no País, em julho de 2012, foi de 90 mil toneladas, montante 10% inferior ao averiguado no mesmo mês do ano anterior.

Movimentação mensal de Cargas (mil toneladas)



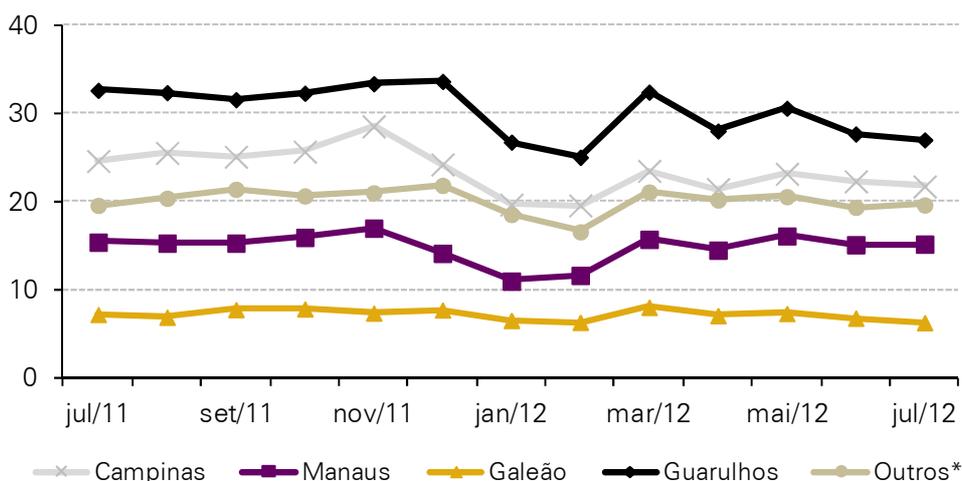
Fonte: Elaboração própria com dados da Infraero Cargo

Movimentação mensal de Passageiros (mil)



Fonte: Elaboração própria com dados da Infraero Cargo

Carga Aérea nos Principais Aeroportos¹ (mil toneladas)



Fonte: Elaboração própria com dados da Infraero Cargo

¹ Dados referente a carga movimentada na Rede de Terminais de Logística de Carga (TECA).

*30 demais aeroportos da rede TECA não mencionados

Movimentação Mensal e Acumulada de Passageiros nos Aeroportos*

Ano	Jan-Jul (mil)	Variação (%)	Julho (mil)	Variação (%)
2003	40.562	-	6.575	-
2004	46.430	14	7.860	20
2005	54.400	17	9.376	19
2006	59.726	10	9.009	-4
2007	64.304	8	9.276	3
2008	67.568	5	9.982	8
2009	70.119	4	11.853	19
2010	85.738	22	13.917	17
2011	102.948	20	16.781	21
2012	111.750	9	18.117	8

Fonte: Elaboração própria com dados da Infraero.

* Aeroportos gerenciados pela Infraero (66 aeroportos).

6.3. Cargas Ferroviárias (ANTT)

A movimentação de mercadorias nas ferrovias, de janeiro a julho de 2012, foi de 260 milhões de toneladas úteis (TUs), valor 6% superior ao mesmo período de 2011. Nesse período, a movimentação de carga geral não containerizada e extração vegetal e celulose foram os setores que apresentaram maior crescimento na movimentação de mercadorias transportadas por ferrovias, 165% e 44% cada. O minério de ferro correspondeu a 76% do total movimentado em julho de 2012.

Movimentação de Mercadorias nas Ferrovias – Jan-Jul

Ano	2011	2012	Variação (%)
Mercadoria	Jan-Jul (mil TU)	Jan-Jul (mil TU)	
Minério de Ferro	191.050	196.759	3
Soja e Farelo de Soja	12.325	16.931	37
Indústria Siderúrgica	9.273	9.683	4
Produção Agrícola (exceto soja)	6.188	7.126	15
Carvão/Coque	6.670	6.483	-3
Combustíveis e Derivados de Petróleo e Álcool	4.558	5.765	26
Grãos Minerais	5.832	5.500	-6
Adubos e Fertilizantes	2.429	3.227	33
Indústria Cimenteira e Construção Civil	2.750	2.705	-2
Extração Vegetal e Celulose	1.867	2.689	44
Cimento	1.567	1.754	12
Container	1.161	1.433	23
Carga Geral - Não Containerizada	57	151	165
Total	245.727	260.206	6

Fonte: Elaboração própria com dados da ANTT

6.4. Participação dos Modos de Transporte no Comércio Exterior (MDIC)

Em agosto de 2012, a movimentação total de exportação e importação realizada no Brasil foi de 60,6 milhões de toneladas, montante 12% inferior ao averiguado em agosto do ano anterior. O modo marítimo continua apresentando a maior participação nas movimentações, com 94%. No acumulado do ano, a movimentação total de exportação e importação foi 3% inferior a observada no mesmo período de 2011.

Movimentação Total (exportação e importação) por modo

Modo	mil t		Variação %	
	ago/2012	jan-ago/2012	ago-2012 / ago-2011	Acumulado do ano
Marítimo	57.073	413.072	-13	-2
Fluvial	1.781	9.408	19	-18
Aéreo	116	940	-12	-7
Ferrovário	57	405	-11	-8
Rodoviário	945	7.093	-5	1
Outros*	659	6.044	-19	0
Total	60.630	436.962	-12	-3

Fonte: Elaboração própria com dados do MDIC.

*Linha de transmissão, tubo-conduto, postal, próprio, lacustre.

7. Investimentos Privados em Infraestrutura

7.1. Desembolsos do BNDES

Em junho de 2012, o desembolso total realizado pelo BNDES na área de infraestrutura (refino e álcool, energia elétrica e gás natural, saneamento, telecomunicações e transporte) foi de R\$ 2,3 bilhões, valor 49% inferior ao valor aportado em junho do ano anterior. Em 2012, até junho, o desembolso do BNDES totalizou R\$ 18,8 bilhões, montante 13% inferior ao observado no mesmo período 2011.

Desembolso mensal BNDES

Setor	jun/2011	jan-jun/2011	jun/2012	Participação %	jan-jun/2012	acum-12/acum-11
	R\$ milhão	R\$ milhão	R\$ milhão		R\$ milhão	%
Refino e Álcool	564	1.641	61	3	759	-54
Energia Elétrica e Gás Natural	1.209	4.834	578	25	6.596	36
Saneamento	95	812	142	6	796	-2
Telecomunicações	15	321	14	1	623	94
Transporte	2.605	14.177	1.503	65	10.073	-29
<i>Aéreo</i>	113	346	6	-	24	-93
<i>Aquaviário</i>	60	561	271	-	884	58
<i>Terrestre</i>	2.432	13.270	1.226	-	9.165	-31
Total Infraestrutura	4.487	21.785	2.298	100	18.846	-13

Fonte: Elaboração própria com dados do BNDES.

8. Execução do Orçamento da União (SIAFI)

8.1. Orçamento Geral e de Investimentos da União (Tabela I)

A dotação total autorizada para o Orçamento da União de 2012 foi de, aproximadamente, R\$ 2,2 trilhões. Deste valor, aproximadamente R\$ 90 bilhões correspondem à alínea “investimentos”, o que representa 4% do orçamento total de 2012 ou 2% do PIB de 2011, que totalizou R\$ 4,143 trilhões.

Entre os órgãos superiores, o Ministério dos Transportes detém o maior orçamento de investimentos, em valor absoluto e em relação ao orçamento total (R\$ 17,7 bilhões, ou 20% do orçamento de investimentos).

Do orçamento de investimentos da União para 2012, foram empenhados, até o dia 26 de setembro, R\$ 33 bilhões (37% do autorizado). O montante liquidado foi de R\$ 11,5 bilhões e pago foi de R\$ 10,2 bilhões. Já o pagamento total, incluindo os restos a pagar pagos no período, soma R\$ 29,5 bilhões.

8.2. Orçamento Geral e de Investimentos do Ministério dos Transportes (Tabelas I e II)

Do montante de R\$ 17,7 bilhões autorizados para os investimentos do Ministério dos Transportes em 2012, R\$ 8,2 bilhões foram empenhados (46% do orçamento) até o dia 26 de setembro. Os montantes liquidados foram de R\$ 2,1 bilhões e pago foi de R\$ 1,4 bilhão. Os restos a pagar pagos somam R\$ 4,5 bilhões.

Cerca de 78% dos recursos autorizados para investimentos do Ministério dos Transportes (R\$ 13,9 bilhões) estão destinados ao setor rodoviário. O restante está dividido entre os setores ferroviário (R\$ 2,7 bilhões, ou 15%), hidroviário (R\$ 421 milhões) e portuário (apenas R\$ 77 milhões).

8.3. Restos a Pagar – Orçamento de Investimentos (Tabela III)

O Ministério dos Transportes inscreveu, em 2012, cerca de R\$ 176 milhões em restos a pagar processados. A União inscreveu, aproximadamente, R\$ 5,9 bilhões de restos a pagar processados. Em relação aos restos a pagar não-processados, o Ministério dos Transportes tem R\$ 10,4 bilhões inscritos, enquanto a União tem R\$ 51,5 bilhões de restos a pagar não-processados inscritos para 2012.

Do volume total de restos a pagar inscritos pelo Ministério dos Transportes, 45% foram pagos até 26 de setembro (excluídos os cancelamentos). No caso da União, os pagamentos correspondem a 35% do total de restos a pagar inscritos.

9. Programa de Aceleração do Crescimento – PAC (SIAFI) (Tabela IV)

Para 2012, o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC apresenta dotação de R\$ 47,3 bilhões no orçamento da União, de acordo com o SIAFI. Desse total, foram alocados 37% no Ministério das Cidades (R\$ 17,5 bilhões) e 33% no Ministério dos Transportes (R\$ 15,5 bilhões), principais executores do chamado “PAC Orçamentário”, que considera somente os recursos do Orçamento Geral da União.

No âmbito do PAC, a União empenhou 56% do orçamento autorizado, até 26 de setembro. A liquidação foi de R\$ 7 bilhões e o pagamento realizado foi de R\$ 6,2 bilhões. Os restos a pagar pagos somaram, aproximadamente, R\$ 17,2 bilhões. Restam R\$ 20 bilhões em restos a pagar não pagos nos projetos do PAC Orçamentário.

10. Execução do Orçamento das Estatais (MPOG) (Tabela V)

Em 2012, as empresas estatais e agências de fomento apresentaram dotação autorizada para investimentos no valor de R\$ 107 bilhões. Foram executados, até o quarto bimestre, investimentos no valor de R\$ 57,1 bilhões, equivalentes a 53% da dotação autorizada para 2012. Esse valor foi 20% superior ao desembolsado em 2011, no mesmo período.

Em relação às Estatais vinculadas ao Ministério de Minas e Energia, a dotação de investimentos para 2012 foi de R\$ 97,1 bilhões. As despesas totais realizadas foram de cerca de R\$ 54,2 bilhões, o que representa uma execução de 56% do autorizado e 95% do total executado.

Entre as empresas estatais, o Grupo Petrobras concentra 81% da dotação autorizada para as Estatais em 2012 e respondeu por 90% da despesa realizada até o quarto bimestre do ano, num total de R\$ 51,2 bilhões (execução de 59% de sua dotação).

ANEXOS

Tabela I - Execução Orçamentária da União - OGU 2012 Investimentos - Por Órgão Superior

Valores em final de período - atualizados até 26/09/2012*

R\$ milhão

Órgão Superior	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Presidência da República	1.022	166	16	33	3	18	2	326	344	482
MAPA	1.829	311	17	35	2	19	1	420	439	518
MCT	1.744	413	24	224	13	171	10	447	618	555
MDIC	0	0	-	14	-	14	-	41	55	40
MME	124	40	32	12	10	11	9	23	34	16
M. Transportes	17.714	8.225	46	2.088	12	1.448	8	4.529	5.977	5.433
M. Comunicações	103	11	10	3	3	2	2	35	38	28
MMA	218	25	12	4	2	4	2	36	40	9
MDA	2.190	140	6	40	2	35	2	466	501	427
M. Defesa	11.390	5.660	50	2.805	25	2.496	22	1.961	4.457	1.721
M. Int. Nacional	6.781	2.344	35	773	11	761	11	1.414	2.175	3.583
M. das Cidades	9.644	3.289	34	510	5	507	5	1.897	2.405	8.609
Outros**	37.395	12.329	33	4.993	13	4.732	13	7.667	12.399	13.908
Total	90.154	32.953	37	11.535	13	10.220	11	19.261	29.481	35.329

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

** Inclui Câmara dos Deputados, Senado, TCU, STF, STJ, Justiça Federal, Justiça Militar, Justiça Eleitoral, Justiça do Trabalho, Justiça do DF e Territórios, Ministério Público da União, Ministério do Planejamento, Ministério da Fazenda, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, Ministério da Previdência Social, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e do Emprego, Ministério da Cultura, Ministério do Esporte, Ministério do Turismo, Ministério do Desenvolvimento Social.

Tabela II - Execução Orçamentária do Ministério dos Transportes – OGU 2012 Investimentos – Por Modalidade

Valores em final de período - atualizados até 26/09/2012*

R\$ milhão

Modalidade	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Ferroviário	2.715	761	28	169	6	167	6	454	621	1.130
Hidroviário	421	70	17	10	2	10	2	23	33	213
Portuário	77	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Rodoviário	13.877	7.198	52	1.872	13	1.235	9	3.963	5.197	3.819
Outros	625	196	31	37	6	37	6	89	126	271
Total	17.714	8.225	46	2.088	12	1.448	8	4.529	5.977	5.433

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

Valores menores que R\$ 1 milhão não estão descritos na tabela.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Tabela III - Demonstrativo dos Restos a Pagar Inscritos em 2012

Restos a Pagar Processados

Valores em final de período - atualizados até 26/09/2012* R\$ milhão

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
M. Transportes	176	(4)	85	87
União	5.869	(504)	1.484	3.881

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Restos a Pagar Não-processados

Valores em final de período - atualizados até 26/09/2012* R\$ milhão

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
M. Transportes	10.422	(631)	4.443	5.347
União	51.511	(2.285)	17.778	31.448

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Tabela IV - Execução Orçamentária da União - OGU 2012 PAC - Por Órgão Superior

Valores em final de período - atualizados até 26/09/2012*

R\$ milhão

Órgão Superior	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f = d + e)	RP a pagar
Presidência da República	996	665	67	587	59	575	58	200	774	331
M. Planejamento	1.715	0	0	0	-	0	-	0	0	0
MAPA	0	0	-	0	-	0	-	1	1	0
MCT	47	2	-	1	-	1	-	12	13	0
M. Fazenda	80	80	100	0	0	0	0	550	550	80
MEC	2.848	1.475	52	656	23	588	21	526	1.114	492
MME	22	0	0	0	0	0	0	0	0	0
M. Justiça	385	102	26	39	10	37	10	63	100	129
M. Saúde	2.229	1.394	63	511	23	509	23	683	1.192	2.612
M. Transportes	15.515	8.321	54	2.065	13	1.424	9	4.524	5.948	5.182
M. Cultura	301	296	98	22	7	22	7	11	33	18
MDA	1.289	0	0	0	0	0	0	193	193	2
M. Defesa	1.528	431	-	44	-	28	-	152	179	113
M. Integr. Nacional	2.761	1.021	37	280	10	279	10	926	1.205	1.564
M. Turismo	0	0	-	0	-	0	-	0	0	0
M. Cidades	17.543	12.690	72	2.763	16	2.761	16	9.371	12.131	9.452
Total	47.257	26.478	56	6.969	15	6.224	13	17.211	23.435	19.976

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

Valores menores que R\$ 1 milhão não estão descritos na tabela.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Tabela V - Orçamento de Investimentos – 2012 Estatais e Agências de Fomento

R\$ milhão

Por órgão: Ministérios	Dotação	Despesa realizada Até 4º bim.
Minas e Energia	97.102	54.230
Comunicações	1.247	239
Transportes ¹	0	0
Defesa	7	2
Outros	8.653	2.621
Total	107.010	57.093

¹Refere-se, apenas, à Cia Docas do Maranhão - CODOMAR

Por Subfunção	Dotação	Despesa realizada Até 4º bim.
Produção Industrial	2.131	1.648
Energia Elétrica	10.534	3.308
Combustíveis Minerais	75.077	44.909
Transporte Aéreo	1.947	554
Transporte Hidroviário	2.418	777
Transportes Especiais	5.420	2.374

Por Função	Dotação	Despesa realizada Até 4º bim.
Indústria	1.368	1.506
Comunicações	1.245	239
Energia	96.004	52.835
Transporte	3.217	772

Fonte: Portaria n.º 21/2012 do MPOG.

Por Unidade	Dotação	Despesa realizada Até 4º bim.
Grupo Eletrobrás	10.278	3.046
Grupo Petrobras	86.534	51.184
Cias DOCAS ²	1.112	152
Infraero ²	2.012	591

²Despesas alocadas na Presidência da República.

Documento elaborado com dados disponíveis até 1 de outubro de 2012.